

O ACONTECER DA REVELAÇÃO TRINITÁRIA E A EXPERIÊNCIA DE FÉ: O PARADIGMA FILOSÓFICO CONTEMPORÂNEO

Marta Luzie de Oliveira Frecheiras*

*O despertar no interior do acontecer deve ser
experimentado, não pode ser demonstrado.*

Martin Heidegger

*A fé no Deus trino não é um produto da fantasia
nem uma especulação; não é nada que o homem
tenha imaginado ou podido imaginar por si
mesmo. A fé trinitária descansa somente no fato
de que o Deus excelso, infinitamente superior a
todo pensamento e imaginação humanos, se
revelou e se comunicou, a nós, em liberdade.*

Gilbert Greshake

Resumo: Pretendemos, neste artigo, começar a pensar em torno do mistério trinitário e a percepção humana desse mistério. Como a humanidade percebeu que eram três pessoas e não somente duas? Como aconteceu a compreensão do Espírito Santo? Foi para responder estas questões que este artigo foi escrito. Em primeiro lugar, nós trabalharemos os aspectos teológicos para em seguida apresentar os aspectos filosóficos fundamentais do problema. Neste sentido, os conceitos heideggerianos serão capazes de trazer possibilidades teóricas que trarão luz à interrogação. Esperamos que esta reflexão possa elucidar e clarificar o conhecimento acerca do cristianismo do I d.C.

Palavras chaves: Trindade, Experiência, Teologia e Filosofia.

Abstract: In this article, we intend to start thinking about the Trinity mystery and his human perception. How did mankind realize three people and not only two people? How did occur the Holy Spirit understanding? To answer these questions, this article was written. Firstly, we work the theological aspects and then the philosophical fundamentals. In this sense, the Heidegger concepts will be able to bring theoretical possibilities of answering this interrogation. We hope that this meditation can elucidate and clarify the knowledge about the Christianity of the first century after Christ.

Key words: Trinity, Experience, Theology and Philosophy

* Bacharel, mestre e doutora em Filosofia com pós-doutorado na Universidad Complutense de Madrid e na Ludwig Maximilian Universität München. Bacharel em Ciências da Religião e Mestrado em Teologia Moral pela Puc-Rio. Professora Titular do Departamento de Filosofia da UFOP.

INTRODUÇÃO

A doutrina trinitária é considerada, atualmente, uma doutrina prática com importantes consequências para a vida cristã. Foi Catherine LaCugna (1993, p. 377-379) a principal formuladora desta concepção, ao sublinhar a atitude de vários teólogos estudiosos da Trindade nas últimas quatro décadas. Sendo assim, uma relação efetiva com o Deus “Uno e Trino” acarreta consequências éticas imediatas, já que a opção preferencial de Deus está em todo aquele que se encontra à margem da sociedade: a viúva, o órfão, a criança, o enfermo, o migrante, o negro, a mulher, o estrangeiro, o preso, o pobre, o miserável, dentre outros (Zc 7,10). Aquele que o ama e que doa a sua vida pelo Futuro de Deus (SCHILLEBEECKX, 2017, p.133), para a humanidade, também estabelece, para si, a mesma opção preferencial tanto em nível pessoal, quanto em nível público, dentro de uma dita sociedade.

Por outro lado, Karl Rahner formulou a assertiva que resultou em debate teológico: “a Trindade econômica é a Trindade imanente e a Trindade imanente é a Trindade econômica” (cf. SANDERS, 2005, p.264-272). Neste sentido, humanamente falando, somente é possível adentrar a vida trinitária, sob o ponto de vista teológico-intelectual, a partir daquilo que nos foi revelado na história da salvação e que está presente nos textos bíblicos do Novo Testamento; além daquilo que, provavelmente, foi vivenciado, de modo trinitário, pela comunidade emergente, ao longo de um processo, e que levou à formulação do dogma trinitário.

Evidentemente, não podemos alcançar cognitivamente a dimensão, tanto subjetiva quanto intersubjetiva, da vivência¹ da fé trinitária, não somente sob o ponto de vista individual, como também sob o ponto de vista coletivo das comunidades crentes emergentes. Contudo, esta vivência/experiência deu, paulatinamente, origem a pequenos trechos, com tríplice cadência, em hinos, em saudações breves, em confissões de fé, em formas litúrgicas, em doxologias e em normas concisas de fé, que acarretaram na profissão do dogma trinitário (JOHNSON, 2008, p. 261).

¹ Vivência ou experiência. Optamos pelo termo vivência devido à farta literatura filosófica alemã que faz uso do termo *Erlebniss*. Este substantivo provém do verbo *leben*, viver, que recebe uma intensificação devido ao prefixo *er*. Sendo assim, trata-se de um viver mais pleno, com maior profundidade.

Sendo assim, nosso intuito neste artigo é fazer uma simples imersão conceitual na experiência trinitária da revelação, possível ontem, hoje e sempre, trazendo uma clarificação dos paradigmas filosófico e teológico, que nos permitem ratificar racionalmente a objetividade deste acontecer real. Queremos eliminar, assim, qualquer argumentação que presuma que tal acontecer tem o cunho exclusivamente subjetivo e intersubjetivo, ou seja, mental, e desta feita, reduza a experiência da fé a um mero elemento de ilusão antropológica.

1. FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA OU O ACONTECER DA EXPERIÊNCIA

a) O acontecer

Conjugamos tanto o verbo “ser” que mal nos damos conta de sua significação. A simplicidade do “é” nos dá a medida para pensar a questão do tempo. O que é o presente? É algo pronto, dado e acabado ou o presente é tomado por consistência e, sendo assim, por sentido? No presente encontramos o passado e o futuro, ou há somente o próprio presente?

Para Martin Heidegger, a compreensão vigente de tempo – tempo do mundo – é aquela oriunda de um nivelamento do tempo originário (HEIDEGGER, 1986, p.405). Nivelar quer dizer universalizar, tornar igual, equalizar as diferenças. Assim é o tempo nivelado, cronológico ou objetivo: ele serve a todos. Parece ser algo exterior a nós. Nós o cronometramos, temos a sensação de que ele passa. O tempo nivelado é um ente que está dentre nós, como tantos outros. É algo que está aí para ser utilizado, seja aproveitando-o, seja desperdiçando-o. Sendo de todos, ele passa a ser de ninguém e com isso torna-se impessoal. Esta compreensão de tempo é uma compreensão objetiva, pois ele é passível de medição.

Contudo, a vigência cotidiana do tempo não se circunscreve apenas ao seu aspecto objetivo. Há também o aspecto subjetivo. Este diz respeito à possibilidade humana de reter psiquicamente as vivências intuídas no movimento do tempo. Neste sentido, pouco importa a duração, ou mesmo, a contagem do relógio. Pouco importa se estamos em 1917

ou 2017. O que importa é como determinado fato ou acontecimento toca a todos nós. Determinadas situações podem prolongar-se por muito tempo dentro de nós, ou não durarem sequer compartimentos de segundos. Isto possui um grau de variabilidade muito grande, dependendo de cada indivíduo, do acontecimento, bem como do seu impacto na interioridade das pessoas.

Em *Ser e Tempo*, Heidegger, ao prosseguir em sua análise acerca do tempo originário², remete-nos a Aristóteles, quando o tempo é apreendido como uma sucessão de instantes, ao dizer que:

Toda discussão seguinte a respeito do conceito de tempo atém-se fundamentalmente à definição aristotélica, ou seja, tematiza o tempo tal como ele se mostra na ocupação, guiada por uma circunvisão. (HEIDEGGER, 1986, p.421)

Segundo Heidegger, até mesmo Friedrich Hegel, associando o tempo ao espírito, está de acordo com a compreensão tradicional de tempo, uma vez que ele descreve o espírito como algo fora do tempo: O tempo é “devir intuicionado” – a passagem que não é pensada, mas que simplesmente se oferece na sequência dos agora (HEIDEGGER, 1986, p.431). O tempo entendido como Jetzt-Zeit³ está inserido na noção de que o tempo é um continuum, ou seja, que há uma infinidade de tempo atrás de nós e diante de nós. Ora, se o tempo é infinito-agora, então ele se torna imutável, isto é, tudo o que passou, passou; com isto vem a questão da irreversibilidade do tempo.

No seminário de 1962, denominado “Zeit und Sein”, Martin Heidegger esclarece o significado da palavra presente. Para ele, presente provém do verbo presentar que quer dizer desvelar, levar ao aberto. Diz fazer aparecer (HEIDEGGER, 1976, p.42). Na dinâmica do presentar está inscrito o vigor do envio que, em se recolhendo, lança, libera e desata o dom do tempo. Isto significa o tempo originário, a saber, das Ereignis: o acontecer.

² *Das Ereignis* – O acontecer pode ser traduzido e compreendido também como: tempo originário, tempo próprio, tempo propício. Por outro lado, para Heidegger, a temporalidade própria do tempo pode ser pensada somente a partir do sentido ontológico do Ser, porque o tempo originário não é uma produção humana, é algo que irrompe fora do ser humano. Daí, segundo Heidegger, “Ser é tempo” e “Tempo é Ser. Logo o ‘acontecer’ tem um cunho, ao mesmo tempo, ontológico e historial. Sendo assim, todo ser humano faz a experiência originária do tempo e do Ser, mesmo que não a reconheça, ou tampouco, em reconhecendo, não a compreenda.

³ Tempo-agora.

O tempo originário é pensado por Heidegger como a união das dimensões de tempo: passado, presente e futuro. É ele que possibilita o sentir humano de passado, presente e futuro. Este acontecer é fruto da doação na retração. Trata-se do princípio de vida, da instauração do existir e do começo de seu desdobrar. Este será sempre o grande acontecer: a abertura ao novo e ao criativo; a manifestação da vida como tal. Aponta para a dimensão própria do extraordinário que habita o ordinário porque o extraordinário se retrai e, desse modo, abre para o “dar-se”, para a possibilidade plenamente humana de, ao experimentar o acontecer, a humanitas do humano compreender (dar-se conta de) a plenitude de sentido que o alcança e que o determina e, então, a partir daí, criar pegadas, sulcos, caminhos de vida e de realização próprios, autênticos e, ao mesmo tempo, imersos na misericórdia de Deus.

b) A experiência

Heidegger lega à posterioridade o conceito de *Ereignis*. Este conceito nos fala da experiência de começo que é o acontecer. Sabemos que o tempo não é obra do ser humano, nem este é obra do tempo; mas sabemos que ambos se copertencem no Acontecer. Experimentar diz entrar na residência do acontecer, repousar em sua plenitude e, com isso, dar-se conta do que já é, e do que já se é.

Experiência, em alemão, é o mesmo que *Erfahrung*, proveniente do verbo *erfahren*. *Fahren* quer dizer andar, ir, conduzir, caminhar, ir em direção a. O prefixo *er-*, no alemão, comumente intensifica o radical do verbo. Por isso *erfahren* quer dizer saber, mas, também, diz sofrer, padecer. Por isto o termo experiência concentra em si a possibilidade de compreensão e de padecimento. Esta aparente aporia nos aponta para a capacidade de darmos conta da experiência da qual nós mesmos participamos, e da qual quase sempre só percebemos, quiçá, uma parte. Logo, há uma diferença entre a experiência realizada e o nível de percepção que a partir dela decodificamos; daí, o padecer, por não haver compreendido a dinâmica (historial e ontológica) do acontecer.

Já o termo alemão *Erlebnis* é um substantivo que provém do verbo *leben*, viver; este, por sua vez, recebe intensidade de sentido devido ao prefixo *er*. Trata-se de um viver mais pleno, com maior profundidade. Tanto *leben*, quanto *fahren* são, pois, expressões de movimento ligadas ao “acontecer”. Então, “experiência” diz respeito ao fato

constitutivamente humano que é o viver a vida e, com ela e a partir dela, pensar, aprender e ensinar.

A capacidade de experimentar e de compreender são estruturas constitutivas do ser humano, porém, para Heidegger, no acontecer o ser humano pode descobrir com o olhar, despertar com o olhar, apropriar-se (HEIDEGGER, 1976, p.43). Desta feita, o caminho possível a ser percorrido e que concentra o esforço de compreender a profundidade da doação que se retrai, passa pela decomposição do processo de aprendizado que advém das e com as experiências, significa “aprender a aprender”, que conclama para si a solidão, mas que não significa nem isolamento, nem afastamento. É um processo de aprendizado que depende da relação com outrem e está atado ao caminho da linguagem.

Para alguns teólogos, tais como Karl Rahner e Lonergan, a “experiência” é uma vivência anterior à linguagem e que, por isso, enquanto consciência, seria desconhecida no nível da própria consciência (NAUSNER, 2007, p.46). É uma vivência presente em todo e qualquer ser humano e forma a condição a priori da experiência de fé. Este processo de percepção não é puramente individual, também pode ser coletivo, desde que haja um estímulo externo dirigindo a atenção para algo específico. Se somente uma pessoa X, no mesmo tempo e espaço, pensou experimentar algo e as outras (Y, Z, W) não, provavelmente é ilusão desta única pessoa X.

Neste sentido, para que uma pessoa vivencie a experiência, é preciso existir um outrem que estimule os seus órgãos sensoriais (sentidos e emoções), ainda que esse outrem não seja um ente, mas o Ser. Contudo, a experiência pode, num segundo momento, ser expressa linguisticamente, mesmo que de modo parcial. Por isso, toda experiência humana e a consequente percepção consciente⁴ do mundo e de Deus está ligada à linguagem.

⁴ Uma vez compreendida, a experiência pode ser relatada, expressada, ou seja, pode entrar na dinâmica da linguagem e, portanto, ser comunicada.

2. FUNDAMENTAÇÃO BÍBLICA

O acontecer trinitário irrompeu a partir da encarnação de Jesus e de Pentecostes. Somente a partir desse momento se pôde ver Deus como Trino. Com o advento de Jesus Cristo, Deus fez alguma coisa completamente nova, surpreendente e única na história da salvação e necessitou-se de tempo para se compreender esta revelação.

Conforme afirma Elizabeth Johnson:

Sabemos que o NT não contém uma doutrina propriamente dita acerca da Trindade. Essa tridimensionalidade de Deus não é objeto de uma reflexão sistemática direta, nem sequer aparece uma palavra “Trindade”. Neste sentido, foi graças à fé dos fiéis que se tornou possível vivenciar, de maneira tríplice, a experiência do Deus que salva: fora deles, com eles e dentro deles, ou seja, como transcendência absoluta, como historicamente presente na pessoa de Jesus e como presente no Espírito na interioridade da comunidade. Eis a tríplice forma de encontro, de relação com Deus. Por esta razão, começaram a falar de Deus com esta tríplice fórmula: “A graça do Nosso Sr. Jesus Cristo, o amor do Pai e a comunhão do Espírito Santo estejam sempre convosco”. (2008, p.261)

Por esta razão, já que não há uma doutrina da Trindade no Novo Testamento, optamos por focar nas pessoas do Pai, do Filho e do Espírito Santo, centrando esforços nos textos bíblicos, a fim de ressaltar uma cadência trinitária já presente no texto bíblico, apesar de viger de modo embrionário.

a) O Pai

Jesus cita o *Shema* e aponta para Deus no céu, recusando ser igualado a Ele (Mc 10,17-19). O epíteto predileto de Jesus para Deus é “pai”. Neste título nós vemos a definição pessoal de Jesus. Joachim Jeremias (2005, p.37-42) declarou que o uso de *Abba* (usada em todas as suas orações exceto no grito de abandono na cruz), por Jesus, expressa o último mistério da missão de Jesus. Jeremias não encontrou na literatura da palestina nenhuma evidência do “meu pai” usada num sentido individual e endereçada a Deus (JEREMIAS, 2005, p.34).

A palavra *Abba* era originalmente um balbúcio, uma palavra infantil⁵ usada em expressão de cortesia. A forma aramaica de se dirigir ao pai era originalmente um termo usado pelas

⁵ Atualmente há estudiosos que discordam da hermenêutica de Joachim Jeremias.

crianças como parte de um discurso de berçário, mas estendido ao uso familiar. Termo que implicava grande familiaridade, por isso jamais usado pelos judeus (JEREMIAS, 2005, p.53). Quando Jesus usou *Abba* para descrever sua relação com Deus, ele estava fazendo uma inovação. Ele estava reivindicando uma relação, com Deus, que estava muito perto, uma única espécie de filiação. *Abba*, é uma *ipsissima verba Jesu* e, segundo Joachim Jeremias, trata-se de um termo que merece destaque pelo fato de aparecer mais de cento e setenta vezes nos lábios de Jesus (JEREMIAS, 2005, p.37). Quando Jesus designa Deus como Pai, o termo *Abba* aparece cento e quarenta e duas vezes no total, no seguinte esquema: em Marcos, três; em Mateus e Lucas, concomitantemente, quatro; somente em Lucas, quatro; somente em Mateus, trinta e uma. Sendo que, em João, aparece nada mais, nada menos do que cem vezes, fazendo-nos crer que estes escritos são a espinha dorsal do conceito de “paizinho” (JEREMIAS, 2005, p.37).

A própria e especial compreensão de Deus como Pai é, provavelmente, uma peça central da missão de Jesus refletida nos sinóticos. Mas o fato mais impressionante era que a missão para a qual Deus chamou Jesus aparentemente incluía uma intimidade relacional ímpar. Deus o chamou para tornar-se o pioneiro e o catalisador de uma especial relação de filiação. Essa é a nova situação inaugurada por Jesus onde o Pai é mais claramente revelado (HARTWIG, 1997, p.81).

Parece-nos que há, em João, um foco sobre o amor mútuo. Esse amor existia antes da fundação do mundo (Jo 17,24). O Filho está subordinado ao Pai na função, mas não na identidade (Jo 1,1; 10,30; 14,28). O amor mútuo entre o Pai e o Filho no Espírito é o acontecimento de tudo que ocorre no mundo. Esse amor relacional é a vida e a verdade no mundo. É a luz na qual Deus habita (1Jo 1,7) e a vida no mundo (Jo 1,4). Salvação, para João, não é uma posição legal, mas a restauração da relação. Vida eterna é a experiência da qualidade de vida relacional que o Filho aprecia com o seu Pai e com o Espírito. O amor em direção ao Filho e ao Pai acaba por ser o motivo ético e o objetivo da vida (1Jo 1,3; 2,15 e Ap 19,1-10).

b) O Filho

O Filho é a peça central dos evangelhos (Mc 1,1). No entanto, há o paradoxo que Jesus não proclamou a si mesmo, mas o reino de Deus. Ele veio para trazer o reino de Deus para esta terra (HARTWIG, 1997, p.81). E o reino de Deus significa, fundamentalmente,

a entrada das regras de Deus e de seu reino na história. Jesus incorporou todos os aspectos dinâmicos do reino, já que ele é o capitão do reino de Deus, o Filho, o Príncipe (Mt 11,28). Além disso, o Filho faz da fidelidade ao rei o ponto final e determinante para a salvação. Ele demanda de nós serviço absoluto (Mt 10, 37-39), sem competir com o *Abba*, a fim de que nós, humanos, possamos acessar o *Abba* por meio dele.

Por outro lado, parece que Paulo, segundo Hartwig (1997, p.90-92), enfatiza “a novidade da salvação em Cristo”. Tratar-se-ia de uma continuidade orgânica com os evangelhos sinóticos. A preponderância “em Cristo”, e seus cognatos no corpus Paulino, revelaria o lado experiencial e subjetivo da grande salvação, apontando, assim, para o fato que a doutrina paulina de Deus seria menos teologia racional e mais lida pastoral das situações humanas, posto que o estudo da doutrina de Deus não seria o argumento principal das cartas paulinas.

c) O Espírito Santo

O Espírito é retirado da presença pessoal e do poder de Deus presentes no Antigo Testamento (HARTWIG, 1997, p.83). No entanto, o Espírito atinge o clímax no ministério de Jesus. A presença do Espírito sobre o Messias é constitutiva do reino de Deus. Por onde o Espírito se move, o reino de Deus está presente (Mt 12,28).

Para Paulo, o Espírito Santo deu vida e eficácia a tudo que Cristo cumpriu. E todo aquele que acredita em Cristo necessita viver uma vida agradável a Deus. Neste sentido, o Espírito é compreendido como uma experiência que empodera (capacitante/capacitadora) a vida da Igreja e do crente. Vemos que Paulo tem uma particular relação com o Espírito. Ele estava consciente do habitar do Espírito e queria ordenar sua vida pelo movimento e pelas solicitações pessoais dele.

Contudo, a mais alta ênfase na Trindade deve seu pendor meditativo e místico aos escritos joaninos. Particularmente, é a relação entre o Pai e o Filho que providencia a estrutura do evangelho, tanto quanto a ética e a vida. João nos dá a mais compreensiva e, todavia, “simples” visão da realidade, percebendo todas as coisas no sentido último: a relação do Pai e do Filho (HARTWIG, 1997, p.114). O Espírito Santo é mencionado dentro do contexto e não, simplesmente, em seu próprio terreno. Ele é visto como o Um que é a ligação pessoal entre o Pai e o Filho. O Um que trabalha dinamicamente entre esses dois.

Ele procede do Pai e é enviado pelo Filho sobre aqueles que o amam e o obedecem (HARTWIG, 1997, p.115).

3. FUNDAMENTAÇÃO TEOLÓGICO-TRINITÁRIA

a) Revelação e Tradição

Houve um longo percurso intelectual-meditativo na Igreja Católica ao longo dos séculos, desde a Alta escolástica até o século XX, quase sete séculos (sete mil anos), para que a mudança do constructo filosófico⁶ da Igreja, alicerçado em Tomás de Aquino, a chamada *philosophia perennis*, fosse realizada. Saltou-se do paradigma filosófico aristotélico-tomista para o atual paradigma filosófico, denominado de ‘fenomenológico-hermenêutico’ e, com isso, foi possível a realização do grande acontecimento histórico-ecclesial do século passado, o Concílio Vaticano II (1962-1965).

Ainda hoje, na Igreja, existe um imenso número de padres, bispos, cardeais, diáconos e leigos que se baseiam no substrato tomista, mesmo porque faz-se necessária uma releitura de textos doutrinários eclesiais que são imprescindíveis à comunidade de fé no mundo inteiro. Tudo isso é deveras trabalhoso e exige tempo. Outrossim, a mudança de mentalidade sempre é mais lenta porque exige a ação prática dessa nova maneira de pensar. Acreditamos que o processo de mudança eclesial está apenas no começo.

Porém, há também sacerdotes e leigos que jamais compreenderão as mudanças interpretativas no que tange à essência do ser cristão estabelecidas com a vigência do Concílio Vaticano II, simplesmente porque o corolário pessoal dessa mudança consiste numa autoavaliação de vida e, conseqüentemente, numa conversão. Nem todos anseiam por essa mudança, uma vez que não estão, talvez, nem preparados nem dispostos ao desapego de si e à abertura visceral que o Espírito de Deus clama para poder atuar em segunda natureza⁷.

⁶ No substrato ou no fundamento filosófico.

⁷ Denominamos aqui de ‘segunda natureza’ a ação de Deus na humanidade, ocorrida somente a partir da liberdade humana de dizer “sim” a Deus. Apenas após a abertura livre e irrestrita do ser humano a Deus é que Ele pode atuar na vida da pessoa.

Contudo, o Vaticano II é uma realidade. Leve o tempo que levar, passe o tempo que passar, essa mudança paradigmática será assumida pela grande maioria na Igreja, pelo simples fato que a reflexão conciliar está em total consonância com os textos bíblicos, com o modo semítico de pensar e, também, com as reflexões da tradição patristica (*DV* n.353).

A partir do Concílio Vaticano II, é o espírito pastoral e ecumênico dentro da Igreja que domina, deixamos de lado uma visão exclusivamente dogmática da revelação a fim de adentrarmos uma visão histórica, dialética e dialogal da verdade. Logo, uma concepção de revelação como “doutrina” cedeu lugar à compreensão da revelação como “ação de Deus na história por meio de gestos e palavras” (LIBÂNIO, 1992, p. 381-429).

Segundo a constituição dogmática *Dei Verbum*, Deus falou por meio dos profetas e, depois, por meio de seu Filho e continua a aperfeiçoar a revelação completando-a, e confirmando-a por sua presença conosco. Além disso, afirma que não devemos esperar nenhuma outra revelação pública antes da gloriosa manifestação do N. Sr. Jesus Cristo. Por esta razão, podemos afirmar, em primeiro lugar, que a revelação, em sua fase constitutiva, é pura ação gratuita de Deus que revela a si mesmo e a sua vontade⁸ aos seres humanos, por meio de Cristo, no Espírito Santo. Em segundo lugar, podemos dizer que Deus se comunica na história, cujo ápice ocorreu na encarnação do Filho, além de podermos também afirmar que há um aspecto dialogal e relacional da revelação de Deus, que convida o homem a participar de sua vida íntima e trinitária (LIBÂNIO, 1992, p.390).

Faz-se necessário também, acercar-nos de outro tema que é o problema da “tradição”, ou o problema de como a revelação é transmitida. Segundo o teólogo João Batista Libânio:

Estamos às voltas com o ato da transmissão de alguma coisa (tradição em sentido ativo) e da própria coisa transmitida (tradição em sentido passivo). Há um sujeito na fonte da tradição que pretende perpetuar um costume, um rito, uma doutrina, um uso, transmitindo-o para a geração seguinte. Como ser social, ele se torna um sujeito dentro de uma tradição (linguagem, cultura, língua, sistema de valores). Mas acontece que valores, realidades, experiências vividas numa geração tornam-se inteligíveis, rejeitáveis em outro momento da história. Por outro lado, a revelação bíblico-cristã tem a pretensão de ser universal na história e na geografia, no tempo e no espaço⁹. (LIBÂNIO, 1992, p.391)

É neste cômputo que a mudança de paradigma filosófico, já citada anteriormente, acarreta uma reviravolta interpretativa, denominada teologicamente de posição dialética. Esta posição busca coadunar a Palavra de Deus presente nos textos bíblicos com a visão de

⁸ Nossa filiação por adoção.

mundo da época em que esta mesma Palavra “foi” e “é” difundida. Sendo assim, não haveria verdade absoluta e literal do texto bíblico, mas a historicidade seria a condição de toda restauração e sentido desse texto.

b) Experiência fundante

Gisbert Greshake (2002, p. 14) pergunta, em seu livro intitulado *Creer en el Dios uno y Trino*: o que encontramos no cerne da experiência cristã e trinitária de fé? Homens e mulheres que haviam aderido à fé na pessoa de Jesus Cristo, vivendo já em comunidade, experimentaram que em Jesus, e na força do Espírito Santo, Deus mesmo vem ao nosso encontro e nos comunica a si mesmo. Esta constatação é fundamental para toda a formulação doutrinária posterior, o fato que em Jesus Cristo e no Espírito enviado por ele, Deus descobre a si mesmo. Logo, quem entra em relação com Jesus, sua palavra, seu fazer, seu padecer, entra em relação pessoal com Deus. A segunda e última pergunta que Greshake (2002, p. 20) faz é: como a palavra de Deus, na pessoa de Jesus, pôde entrar no interior do ser humano? Somente Deus mesmo nos deixa levar além de nossas limitadas fronteiras cognitivas. E é exatamente essa a função do Espírito Santo.

A experiência cristã primitiva aconteceu porque houve, desde os primórdios, comunidades cristãs, cujas vidas fundamentavam-se na relação entre fiéis a partir da adesão à pessoa de Cristo. Dessa experiência, frutificou o entendimento de homens e mulheres que vivenciavam, absolutamente, este dom que o Pai dá, graças à força e à atividade do Espírito Santo. Foi pelo testemunho, não só daqueles que conviveram pessoalmente com Jesus Cristo, mas também dos fiéis das primitivas comunidades cristãs, que a formulação trinitária surgiu.

Como consequência da assertiva anterior, podemos afirmar racionalmente que: 1) A concepção trinitária cristã não é, nas origens, nem uma fórmula de fé, nem um dogma, nem uma doutrina, nem uma ideologia, senão o acontecer de uma experiência da qual se dá testemunho; 2) O Deus cristão não é uma mônada, tampouco um onipotente pai monarca que habita sobre as estrelas, tal como o “motor imóvel” de Aristóteles, que faz surgir o primeiro movimento inicial do mundo e, posteriormente, tem como única atividade a autocontemplação (ARISTÓTELES, 1999, Livro XII); e 3) O Deus único “uno e trino” não vive sozinho, vive em comunidade e em relação entre as três pessoas divinas.

Em contraposição a Greshake, O'Collins (1999, p.111) afirma que, já no séc. I dC, os cristãos propuseram uma interpretação trinitária dos eventos da sexta-feira santa e do domingo de Páscoa. Naquele evento, eles teriam experimentado e vivenciado o ponto alto da revelação salvífica de Deus. Essa revelação já fora compreendida como tendo três partes.

Por outro lado, Elizabeth Johnson, em conformidade com Greshake, faz duas afirmações peremptórias: 1) o falar de Deus de uma maneira tríplice foi algo que surgiu historicamente para expressar a experiência do encontro com Jesus, que tornou tangível a misericórdia derramada em meio ao pecado e ao sofrimento. Teria sido a experiência da salvação que nos levou a falar da Trindade (JOHNSON, 2008 p.261); e 2) longe de ser uma definição ou uma descrição, a linguagem trinitária é uma interpretação de quem é Deus; ela desvela a revelação fundamental acerca do próprio ser de Deus como comunicação desinteressada de amor. Ora, se a linguagem trinitária é fruto de uma interpretação do modo de ser de Deus, é bem provável que a formulação trinitária tenha ocorrido desta forma.

CONCLUSÃO

Para o teólogo Juan Luis Segundo (2000, p.68), um *acontecer histórico* torna-se um dogma desde que ele se torne um paradigma e uma, necessariamente, uma série de outros fatos. E é exatamente essa transcendência em relação ao dado material e empírico que o eleva acima de outros fatos. Algo ou alguém acima dos fatos dirige-os ou direciona-os a um sentido.

Além disso, toda premissa de sentido, todo dado transcendente supõe não somente uma estrutura de sentido em nossa própria mente, mas um agente personificado, cuja direção se deixa sentir sobre a história. Por esta razão, a pessoa de Jesus Cristo, sua encarnação, foi o acontecer histórico que uniu todos os outros fatos posteriores até se chegar à formulação do dogma trinitário.

Sendo assim, a vivência cristã¹⁰ dos primeiros fiéis e das primeiras comunidades cristãs, que passaram pelo encontro com Jesus Cristo, e a partir daí, com o Pai e com o Espírito Santo, também fundamentou a base teórica para a formulação da teologia trinitária. O dogma não surgiu por primeiro sob o ponto de vista histórico; primeiro adveio uma rica experiência de Deus, que se comunicou e se comunica conosco, por meio das funções de Pai, de Filho e de Espírito Santo.

Sem essa vivência mística em pleno século XXI, a teologia trinitária não passará de um arroubo teórico-imaginativo. Durante muito tempo, a teologia trinitária foi um floreio conceitual. Atualmente, ela é o novo clamor de Deus pela boca dos teólogos, que insistem em afirmar que a experiência de Deus é um acontecer real e historicamente situado e que, enquanto a humanidade não adentrar o mistério de Deus de maneira desnuda, reconhecendo que o ser humano é, antes de tudo, um ser em relação, um ser voltado para o que lhe transcende, ela mesma não será capaz de viver as relações humanas no nível do amor e da misericórdia, experiências provenientes de Deus e vividas com Deus, por serem as únicas experiências salvíficas.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II. São Paulo: Paulus, 2001.

FRECHEIRAS, Marta Luzie de O. *A Dobra do Destino*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

GRESHAKE, Gilbert. *Creer en el Dios uno y Trino*. Bilbao: Sal Terrae, 2002.

———, *Il Dio Unitrino: Teologia trinitaria*. Brescia: Queriniana, 2000.

HARTWIG, Paul Bruce. *The Trinity and the Christiazn life: issues of integration and orientation*. South Africa, 1997. 191p. Dissertação (Master of Theology) - University of South Africa.

HEIDEGGER, Martin. *Sein und Zeit*. Tübingen: Niemeyer Verlag, 1986.

———, *Zeit und Sein*. In: ———, *Zur Sache des Denken*. Tübingen: Niemeyer Verlag, 1976.

¹⁰ Encontro com o ressuscitado.

JEREMIAS, Joachim. *Abba: El mensaje central del Nuevo Testamento*. 6.ed. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2005. Coleção Biblioteca de Estudos Bíblicos, v. 30.

JOHNSON, Elizabeth A. *La búsqueda del Dios vivo: trazar las fronteras de la Teología de Dios*. Cantabria: Sal Terrae, 2008.

LACUGNA, Catherine. *The Trinity and Christian Life*. New York: Harper Collins, 1993.

LIBÂNIO, J. B. *Teologia da Revelação a partir da Modernidade*. São Paulo: Loyola, 1992.

NAUSNER, Bernhard. *Human Experience and Triune God: Theological Exploration of the Relevance of Human Experience for Trinitarian Theology*. United Kingdom, 2007, 263p.. Tese (PhD Theology) - Department of Theology, Durham University.

O'COLLINS, Gerald. *The Tripersonal God: Understanding and Interpreting the Trinity*. New York: Paulist Press, 1999.

SANDERS, Fred. Entangled in the Trinity: Economic and Immanent Trinity in Recent Theology. *Dialog: A Journal of Theology*, n. 44. 2005, p. 264-272, 2005

SCHILLEBEECKX, Edward. *Jesus: a história de um vivente*. 3.ed. São Paulo: Paulus, 2017.

SEGUNDO, Juan Luis. *O Dogma que Liberta: fé, revelação e magistério dogmático*. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2000.